**Informação da Plataforma Reforçar o SNS sobre o Registo de Saude Elétrico – agosto de 2022**

O Registo de Saúde Eletrónico (RSE) único e nacional, que entendemos ser a prioridade da Transição Digital do PRR, com um financiamento atribuído de 300 milhões de euros, é uma oportunidade que não pode ser perdida. Nesse sentido a Plataforma Reforçar o SNS, tem vindo a desenvolver um trabalho que importa divulgar com o objetivo de denunciar a ausência de estratégia do Governo no sentido de desenvolver e implementar o RSE e, criar um movimento de opinião que, em sentido contrario altere o processo em curso.

 Importa compreender porque é que, encontrando-se este assunto na alçada dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, os 300 milhões estão a ser gastos em processos variados, encontram-se gastos ou comprometidos mais de 50 milhões, que nada tem a ver com o RSE?

**1.** O PRR para a Transição Digital na Saúde, com financiamento de 300 milhões de euros, era suposto criar o RSE. Antes pelo contrário, o PRR que conhecemos e que terá sido enviado para Bruxelas, refere o desenvolvimento de software, recursos a adquirir com vista a atividades de migração de dados e infraestruturas, recursos a adquirir com vista a atividades de capacitação e aquisição de equipamentos, hardware e empreitadas, onde figura a compra de18.000 computadores pessoais, 30.000 telefones para os cuidados primários e 2.500kits de telessaúde, com o custo previsto de 300 milhões de euros (PRR - PART 2:DESCRIÇÃO DAS REFORMAS E DOS INVESTIMENTOS – A. COMPONENTE 1: Serviço Nacional de Saúde, ver Investimento RE-C01-i06: Transição Digital da Saúde). Este conjunto de atividades não constitui um plano estratégico para o RSE que contemple a arquitetura de dados, governança e interoperabilidade baseada nos standards internacionais e em  especial nas normas  ISO e CEN, a especificação dos modelos de interoperabilidade tecnológica, semântica e organizacional de acordo com os standards internacionais, o estudo das interfaces de interoperabilidade a assegurar com reguladores e outros Sistemas de Saúde de acordo com as Diretivas e Recomendações Europeias, bem como o levantamento das infraestruturas existentes e diagnóstico das necessárias para a implementação do RSE. Ver anexo (DOC 1).

**2.** Por incrível que pareça este projeto foi elaborado pelos SPMS para o Ministério da Economia sem conhecimento e validação do Ministério da Saúde, ACSS e gabinete da Ministra, apesar dos SPMS integrarem o Ministério da Saúde. Podemos claramente classificar o comportamento daquele serviço, presidido pelo Dr Luis Goes Pinheiro como desleal.

**3** A Plataforma Reforçar o SNS, no parecer sobre o PRR elaborado em 2021 levantou dúvidas quanto aos objetivos do projeto e decidiu promover um acompanhamento específico do tema, criando um pequeno grupo de trabalho constituído por Mario Macedo, Luis Biscaia, Tato Marinho e Durão Carvalho. Foi elaborado um documento que serviu de base ao trabalho desenvolvido. As ini9ciativas relevantes foram:

**Ministra da Saúde** - 7 de setembro de 2021. Foi apresentado o documento Processo Clínico Eletrónico pela Plataforma Reforçar o SNS  ( Isabel do Carmo, Ricardo Paes Mamede, António Rodrigues, Jaime Mendes,Teresa Gago e Durão Carvalho). Foi nos transmitida a informação de que, apesar do conteúdo do PRR sobre este tema ter sido elaborado pelos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), a Transição Digital está fora da alçada do Ministério da Saúde. **ACSS** -  20 de setembro. O Grupo de Trabalho-RSE com a ACSS, Dr Vitor Herdeiro, Presidente e DrTiago Gonçalves, Vogal, tendo este contextualizado o PRR na área da Saúde e clarificado que o investimento na Transição Digital na Saúde é gerido entre os SPMS e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, integrada no Ministério da Economia. O Grupo manifestou toda a disponibilidade para colaborar com a ACSS no que for considerado necessário, mas sendo o RSE estruturante para o SNS, o objetivo central da intervenção do Grupo é o estabelecimento do Registo de Saude Eletrónico - RSE, vulgo Processo Clínico Eletrónico e sua conclusão no âmbito do PRR. Para além destes contactos institucionais, o Grupo informou que prevê apresentar o documento elaborado aos Grupos Parlamentares, ao Engenheiro Costa Silva, Presidente da Comissão de Acompanhamento do PRR e encontra-se em preparação uma Conferência organizada pelo IPQ e pela Plataforma Reforçar o SNS, sobre o tema “O PRR e a Transição Digital na Saúde". Concluímos que seria importante o Grupo reunir-se com os SPMS, ficando o Dr Vitor Herdeiro de promover a reunião.

**SPMS** - 29 de setembro de 2021. O Grupo de Trabalho – RSE reuniu com os SPMS com a presença do Dr. Vítor Herdeiro (Presidente ACSS), Dr. Tiago Gonçalves (Vogal do CA da ACSS), Dr. Goes Pinheiro (Presidente dos SPMS) e Grupo de Trabalho (Luis Biscaia, Mario Macedo e Durão Carvalho). O Dr. Goes Pinheiro fez uma apresentação do PRR- Transição digital na saúde, salientando os investimentos previstos no PRR e informou que, no que se refere ao PRR, os SPMS dependem do Ministério da Economia. Foi manifestada pelo Grupo de Trabalho preocupação pelo facto de o processo clínico eletrónico não constar dos projetos elaborados pelos SPMS para o PRR. Informamos que o GT-RSE irá continuar a trabalhar na defesa desta perspetiva para a Transição Digital na Saúde do PRR e desenvolverá as iniciativas nesse sentido: realização de uma Conferência e de contactos com todos os Grupos Parlamentares. Foi aqui colocada a hipótese de constituição de um Grupo de Trabalho para, no âmbito da ACSS, definir as funcionalidades do Processo clínico electrónico- RSE.

**Professor Costa Silva** – 27 de outubro de 2021. A Plataforma Reforçar o SNS, (Isabel do Carmo, Jaime Mendes, Mario Macedo, Jose LuisBiscaia e Durão Carvalho), reuniu com o Professor Costa Silva e o Engº Rogério Carapuça, no Palácio Foz, sobre o documento entretanto enviado com a nossa posição sobre o  RSE.

**Conferência** – 26 de novembro de 2021. A Plataforma Reforçar o SNS, com o Instituto Português da Qualidade e a sua da Comissão Técnica 199 –Sistemas de Informação para a Saúde, organizaram a Conferência “O PRR e a Transição Digital na Saude”. Foram equacionados os principais desafios e contributos, limitações e fatores críticos da Transição Digital na Saúde, com intervenções do Secretário de Estado da Economia, do Professor Correia de Campos, do Professor Costa Silva, do Professor Mario Macedo e do debate liderado pelo Dr Luis Biscaia.  A intervenção de encerramento foi feita pela Senhora Ministra da Saúde. Concluiu-se que a criação de um Processo Clínico Eletrónico - Registo de Saúde Eletrónico (RSE) adequado, é um elemento central estruturante do SNS que, por um lado, é omisso no PRR e por outro apuramos que o investimento na Transição Digital na Saúde está a ser gerido entre os SPMS e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, integrada no Ministério da Economia, à margem e sem validação estratégica do Ministério da Saúde. Daqui decorre a necessidade de eleger o Registo de Saúde Eletrónico como prioridade do PRR-Transição Digital na Saúde e, enquanto estruturante da política de saúde, o processo ser orientado estrategicamente e ao mais alto nível pelo Ministério da Saúde.

**Grupo de Trabalho da ACSS**- Foi criado um Grupo de Trabalho na ACSS, cuja primeira reunião ocorreu em 3 de fevereiro de 2022. Desde logo foi clarificado pelo Presidente da ACSS que o objetivo do GT era elaborar um "Documento estratégico orientador do desenvolvimento do RSE (2022 a 2025)”, independentemente do PRR tutelado pelo Ministério da Economia.  Apesar do nosso ceticismo sobre este processo decidimos participar. Foram realizadas 11 reuniões com a participação de técnicos dos SPMS, DGS, Infarmed e ACSS com coordenação da Dra Ana Fonte. Sistematicamente tentaram impor o conceito dos SPMS para o que designam de Registo de Saúde Eletrónico. Elaborámos o documento anexo (DOC4) que propusemos ser a base de trabalho futuro sobre o RSE, o que foi recusado pelo que abandonámos o processo. No âmbito deste GT organizamos um webinar "RSE- Tendências internacionais", no dia 25 de março de 2022,  no qual participaram Victor Herdeiro, Presidente da ACSS; Luis Goes Pinheiro, Presidente dos SPMS, Mário Macedo, Presidente da CS09 – Instituto Português da Qualidade, Thomas Beale, Consultor do U.S.Department of Veterans Affairs (VA e-health standards strategy,interoperability architecture, HL7 FHIR), Jordi Piera Jiménez, Diretor do gabinete de Estratégia Digital da Saúde, Catalunha, Mikel Ogueta, Osakidetza Serviço de Saúde, Pais Basco, Luís Biscaia, Diretor executivo do ACeS Baixo Mondego, Rui Tato Marinho, Diretor do Serviço de Gastro do Centro Hospitalar Lisboa Norte, Nuno Antunes, Vogal do CA do CH Vila Nova de Gaia/Espinho, Vitor Gomes, Enfermeiro Especialista da ULSLA, Vitor Vicente, Diretor de Informática da ULSLA.  Esta iniciativa veio demonstrar que o trabalho em curso referido como RSE pelos SPMS não corresponde às normas e legislação em vigor nem aos conceitos internacionais

**Ministra da Saúde e Secretário de Estado da Saúde** - 2 de maio de 2022. A Plataforma Reforçar o SNS Isabel do Carmo, Luis Biscaia e Durão Carvalho) reuniu  com Ministra e SE Saúde. A reunião permitiu a discussão do tema RSE com bastante clareza tendo o GT apresentado o documento anexo (DOC 4)

**Grupo Parlamentar do PS** - 30 de junho de 2022. A Plataforma reuniu com o Grupo Parlamentar do PS (Eurico Brilhante Dias e Maria Antónia Almeida Santos, Luis Soares e Suzana Correia). Foram apresentados os documentos elaborados, as dificuldades encontradas bem como a nossa incompreensão pela ausência de uma estratégia do Governo no desenvolvimento e implementação de um registo de saúde eletrónico único e nacional. Ficámos convencidos de que a mensagem foi compreendida e passada aos deputados.

**4.** Na sessão de apresentação do novo Estatuto do SNS e dos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência para o setor da saúde, realizada em 7 de julho de 2022, o Primeiro Ministro na sua intervenção disse:

*...termos um sistema informático que permita que o sistema de saúde dialogue entre si e cada vez que nós chegamos a qualquer estabelecimento do SNS não tenhamos de dizer tudo aquilo que já dissemos cada vez que fomos ao SNS e os médicos possam conhecer as analises e as radiografias que fizemos e que tenham acesso ás doenças cronicas que temos e, portanto, agilizar e permitir melhor qualidade na prestação dos serviços de saúde.*

Na mesma sessão a Ministra da Saude e o Presidente da ACSS, nas suas intervenções, nada disseram sobre o Registo de Saude Eletrónico.

Qual o significado e o peso desta intervenção do Primeiro Ministro?

O facto é que não conhecemos alterações no desenvolvimento da transição digital na saúde, os 300 milhões continuam a ser gastos e comprometidos em processos que não visam o desenvolvimento e implementação do RSE. O que motiva a teimosia anti RSE? Incapacidade? Incompetência? Motivações politicas? Ajuda ao Ministério das Finanças financiando despesa corrente? Corrupção? Ou será que tudo vai mudar?

10 de agosto de 2022